

CEDI - P. I. B.
DATA 12, 12, 92
COD. 10000654

A AMAZÔNIA: DESORDEM ECOLÓGICA
E COLONIZAÇÃO DO IMAGINÁRIO

CANDIDO MENDES

PARA ALÉM DO PROGRESSISMO

Só começamos a verificar o quanto o humanismo do nosso tempo se concentra todo e se decanta na idéia-força da ecologia, na sua trama e seus reenvios, como a nova forma de ver-se o mundo e nele, a frágil aventura da espécie. O conceito se destila atrasado, neste fim de século, a caucionar um novo compasso histórico, aberto, no limiar do milênio. Chegamos aos antípodas do velho progressismo, como matriz profunda da nossa faina, a viver no desatavio do apelo aos capitais, tecnologias e fazeres, a crença no orbe infinito e inexaurível. O novecentismo portou-o, desde o início, fustigado pela descoberta da máquina inesgotável da mudança, e de uma natureza que só lhe serviria de moldura, consoante o poder transformador da razão e seu discurso onipotente. O novo de nossos dias repousa na urdidura do contexto de finitude imposto a este empenho triunfal, percebido no apagar da civilização das luzes; nas crises do desenvolvimento; nos impasses da modernização e, agora, aceleradamente, de suas crenças ordenadoras. Mas resistimos ainda ao travo interno imposto à perspectiva prometeica de que é portador o anúncio ecológico, a impor a mesura do ecumena, o balanço da moderação e o freio do ethos ao que antes - como empresa do homem - só se definia como performance e conquista. A consciência nova da limitação dos recursos do planeta e da biosfera ferida tem toda a ressonância de uma revolução copernicana na história das mentalidades e dos planisférios interiores da

cultura. Mal nos aprestamos ainda à grande translação que importa em descarte rapidíssimo - perdidas as escamas dos olhos - desta vida como metamorfose infinita do que propicie a técnica e a instrumentação da realidade como espelho do cògito. Assistimos à conservação - em álibi obstinado - da fé nas lâmpadas de Aladim, e seu poder sobre a vasta natureza sempre mera matéria-prima que transfiguram a inovação e a conquista. Resistimos à adoção de um mundo de recursos discretos e irresgatável ao seu desperdício. Continuamos prisioneiros, no inconsciente coletivo, desta prestidigitação do impossível e da civilização como dispensadora e recriadora das suas próprias potencialidades. Neste limite a perspectiva ecológica vem como um choque em avalanche a desabar todo um edifício mental, a prumo sobre a aventura da razão, como instrumentadora do cosmos, demarche de um só sentido e sempre exponencial nos seus resultados. Não registramos apenas o bloqueio objetivo de uma trajetória histórica. Mas a mudança de uma "welt anschauung" a que nos entregamos com a sedução radical dos neófitos, acicata-dos pela vertigem do contraste. E é como susto que a nova atitude previne, demarca e balisa condutas, antes mesmo de precisar o seu conteúdo, ou de elencar o novo discurso da inserção da realidade.

UM NOVO ETHOS SOCIAL

Confrontamos um "ethos" e um acautelamento geral do próprio plexo civilizatório. Cogita-se, na verdade, de um novo relacionamento global entre o cògito, o espaço e a natureza, a sair da sua condição de inércia-limite para a de frenadora constante do nosso "que fazer". No campo mais fundo da economia de relações entre a subjetividade e o seu contexto, a ecologia implica um "caveat" interdisciplinar. Configura-o uma pré-determinação de

abrangência, antes de se precisar como conteúdo novo do conhecer, ou descoberta de uma efetiva província do real. Na verdade, para toda a história das mentalidades da nossa civilização, uma interseção nova entre o "ethos", o logos e o pragma, a manifestar esta percepção insuportável da finitude do cosmos e de sua rebeldia aos canons da "boa razão". Ainda sinalização difusa, o alerta ecológico perturbou o discurso dos "fiats" do nosso tempo; impôs-lhe interdições; abriu campos desmesurados aos álibis da má consciência diante da riqueza desordenada; desenvolveu subterfúgios e "voyeurismos" ao desvelamento dos planiférios mentais de modestia no trato com o ecúmena.

A ecologia não se desfecha num novo rincão do real - como a engenharia genética. Nem tem objeto específico, como o do impacto da informática sobre a gama do conhecer. Nem se levanta por um novo cruzamento das interações em que a semiologia se adicionou ao logos contemporâneo. Mais ainda, em nosso tempo, só podemos recensear o seu advento como a deflexão do choque da aventura prometeica. Vivemos esse descortino do pânico transformado em "nemesis", na redução mais funda de um inconsciente coletivo, ferido na sua subjetividade imemorial. É na dimensão mesma em que a história reavalia os humanismos, que atentamos à dimensão ecológica, no trato da realidade como mudança, em reversão instantânea sobre as interações entre a técnica e a natureza, de dinamismos já soterrados pelo "dictat" da metamorfose e da racionalidade. Experimentando o empenho ecológico como assedio de uma cosmovisão, noso é o tempo, ainda, de definir o alcance, no plano da cultura, do choque de revelação da escassez; de um mundo em não-pletora, intolerável à alquimia da razão e seu produto infinito. Mal demarcamos ainda o seismo da atitude ambientalista frente à moderniza

ção de nossos dias, vista como história já sonâmbula e acrítica, em terceira dinamização, nas periferias, desta última sujeição do ecúmena à melhoria da qualidade de vida, cada vez mais, à sua liberdade e auto-determinação.

A CONQUISTA DA UTOPIA ECOLÓGICA

Os "caveats" hoje são claros, tal como as remissões inteiriças, em todo esse universo mental, que solapa as entelequias da civilização, às portas do novo milênio. A ecologia se reveste de toda a vigência utópica - no melhor sentido que lhe empresta a sociologia do conhecimento - para prognosticar o seu advento sobre o cosmos estabelecido da vida social contemporânea. De saída, por ganhar o impulso da rebeldia do dominado, numa estrutura de relações de classe, transposta ao da purga do plexo-limite de relações entre o homem e o seu contexto; entre o cògito e o inerte. Iniciada como reivindicação coletiva difusa, a "heresia" ecológica soma, por algum tempo, o clamor do despossuído social com o da percepção nova da nossa nudez planetária. Não se pode dissociar a vigência do ambientalismo dessas equivocidades originais, onde ganha nitidez progressiva sobre a consciência de classe, uma consciência libertária. Os "verdes" nasceram na economia da afluência e transferiram a contestação a um novo e irreversível "ethos" da frugalidade. A mudança do modo de ver o ecúmena remata uma história de toma de consciência e rebeldia, brotada do estatuto de fruição social no mundo da opulência. Surge no seio da economia da prosperidade não sem, de saída, valer-se da analogia da pobreza social. A civilização pós-industrial dá-se conta da claustrofobia em que a aprisionara, finalmente, o espírito prometeico. Mas a entrada na refrega ecológica viria a se distinguir cada vez mais dos empenhos do apetrecho ideológico exato, perfilados fren

te à dinâmica do poder em nosso tempo. A história mais funda da liberação, rebentando o ferrolho da atividade prometeica, ganharia o seu próprio ritmo e força de contágio para além das barreiras de classe. O cuidado ecológico, de maneira galopante, vence o obstáculo entre o espontâneo e o organizado, ou entre as consciências seclusas dos mundos do nosso tempo, criando um interface mesmo que ainda vicioso, entre as nações da afluência e do subdesenvolvimento.

Neste desencapsulamento, a reivindicação ecológica se desvestiria, na última trintena de todas as aderências ou enfoques que a tornavam apenas mais um veio na história do libertarismo, associada, nos 60, ao feminismo ou à luta contra a segregação racial. Mas, pouco a pouco, a busca de uma visão do mundo eco-sistêmico mostrava o quanto transcendia o corpo-a-corpo dos reenvios entre o protesto e a mudança, para inquinar uma percepção imemorial do ecúmena e de sua ordem. A impregnação da consciência do nosso tempo pelo ambientalismo remete-se a uma verdadeira metanóia. Importa em literal precipitação de um "ver o mundo", a construir um novo espaço social. E este, diante da diacronia que, hoje, opõe o mundo da riqueza e suas periferias nesse fim de século. Nos dois casos para lhes permitir um reencontro, a partir de uma inexorável "má consciência", onde se descontam as recíprocas compensações históricas. De uma correção póstuma dos abusos da atitude prometeica, no centro do botim ocidental. De uma defesa de sua reprodução, nos povos da miséria, como réfem temporã do empenho de prosperidade a qualquer custo. "Queremos morrer de poluição, como os ricos". Seria o moto e o remate nas paragens do subdesenvolvimento do direito à deflexão do "ethos", em que os centros da civilização querem, em tempo, instaurar a história como interações, ago

ra, tripartites, entre a sociedade, a cultura e a natureza.

PRAGMA, CONSCIÊNCIA, CIÊNCIA

Vivemos o paradoxo de que a nova prudência como "ethos" social neste fim de século, confronta a máxima desordem de nossa subjetividade como cultura. Esta não rompe apenas com a transparência prometeica. Subverte toda a idéia mesma da seqüência, exasperando o status da polêmica desta nova percepção-limite do mundo. O pragma da mudança avança em meio de troncos de percepção, segmentados neste novo enlace com o cosmos; procederes científicos interrompidos para balisá-los; políticas públicas dotadas de ambições radicais, e sem supostos do conhecer para o seu controle e norteio; configurações de novos projetos histórico-culturais que, de saída, negam o protagonismo do Estado para dar-lhes cumprimento; apropriações, em conseqüências, cada vez maiores e acríicas dos direitos do espontâneo, e do socialmente selvagem, para realizarem a tarefa; identificações apriorísticas do novo do conhecer, com a descontaminação social do agente para realizá-las, com os ciclos de morte prematura e pulverização dos movimentos ecológicos dos 60; condições de impunidade histórica que reforçam má consciência grossa, nos débitos de confrontação entre os beneficiários e as vítimas históricas de uma visão acríica da modernidade.

A MÁ CONSCIÊNCIA PLANETÁRIA E SEUS INTERFACES

Da parte dos desenvolvidos a perspectiva da receita de uma casa em ordem para o globo vem após o leite derramado e a depreciação-limite dos estoques de recursos naturais; de desperdício e de super-exploração; de aprendizado tecnológico tardio e do cálculo, via de regra randômico, da inesgotabilidade do processamento

cada vez mais fino dos recursos naturais, como ainda permitiam as ideologias tecnológicas da "Belle Epoque" do século XX. Ou, dentro da "última ratio" do planejamento, como réfem, ainda, do velho afã modernizador.

Não é só fazer o escalpelo das racionalizações a frio, em que o choque da escassez, a rondar o desenvolvimento dos ricos, se objetiva em transferência dos seus "caveats". Só aportaria multiplicados ao círculo da modernização que, nas periferias confrontariam a exaustão de recursos ou as interdições de exploração em vista de uma reserva de mercado futuro do mundo da afluência.

O que se impõe é atentar à entropia da atitude civilizatória, que não deixa apenas os subdesenvolvidos com os restos do festim da prosperidade. Impõe-se-lhe, no universo mental, a trabalhar com os ossos do progressismo, a assumir os seus riscos calculados, e os onus de uma economia destrutiva na garantia da sobrevivência das suas atuais populações. Violenta-se, nesta "razzia" a hipoteca das gerações ou aceita-se a marginalização galopante de sua economia interna, frente às pressões do sistema internacional. Haveria a falar numa justificação tolerada e espessa das economias da nova pobreza, que já se resigna à administração dos vícios estruturais do subdesenvolvimento; que renuncia ao ganho da produtividade de seus desempenhos; que retorna à síndrome imemorial de exploração, característica do regime das colônias e dos impérios.

Não vivemos apenas um mundo disparate, que perdeu a mola da integração pela promessa de disseminação quase automática dos benefícios da prosperidade.

No quadro internacional o trabalho interdisciplinar das ci

ências sociais, no balanço dos conhecimentos e das crenças que os ordenam, enfrenta a junção fria entre os racionais e as ideologias desses desencontros crescentes entre os "have" e os "have not".

O IMPERATIVO DAS ECONOMIAS DESTRUTIVAS

O novo balanço entre o homem e o ecúmena herda as compensações da modernização frustra, às vezes em abismos subjetivos maiores que a do próprio contraste da riqueza contemporânea. Absorveras, sobretudo, este universo das super-organizações, no quadro das Nações Unidas, capazes de colher melhor o "status questionis" destas contradições, numa dimensão já planetária. Nelas se reveste a força das utopias do nosso tempo como premonições do "que fazer" pós-prometeico.

Do ponto de vista dos países ricos, o dimensionamento ecológico envolve a busca do aproveitamento a longo prazo da riqueza natural, dos cenários que permitam o pleno controle da inovação tecnológica, de par com a pré-ordenação do consumo a longo prazo. Tal diretriz lê-se para as nações pobres, muitas vezes, como interdição de tudo que seja ainda projeto de participação imediata nos resíduos da prosperidade e da riqueza do planeta. Soma-se à contradição a falta de consenso ainda, ou a pobreza objetiva da informação sobre as condições de renovação, ou da perda definitiva do potencial do estoque do globo, confrontado ao recenseamento das virtualidades da tecnologia.

Para os países periféricos a contenção ecológica impacta pois duplamente. A perda das crenças no velho progressismo vem de par com a assunção de uma economia conscientemente destrutiva, numa expansão desesperada e de última hora para manter à tona, ainda, o estatuto de convivência internacional soberana.

O balanço ambiental reveste, muitas vezes, o caráter de "ethos"

envenenado ou perverso, bloqueando as últimas oportunidades de se reverter a aceleração do quadro inercial deste fim de século, tornando cada vez mais episódica, no panorama global do pós-desenvolvimento, o que sejam, ainda, os "inputs" periféricos.

A liquidação do estoque de matérias primas e reservas minerais assume características de verdadeiro escambo para atender ao serviço dos juros ou a amortização do principal da sua dívida externa. O último capítulo nesta expulsão dos países periféricos do universo do desenvolvimento pode ser a de destinar o seu espaço à economia de dejeção que, no mundo de consciência ecológica se substitui ao velho regime colonial. Aumenta o número de países que hoje aceitam a locação do seu território como depósito do lixo atômico, ou dos resíduos das sociedades pós-industriais, transformados em magnitude inerte e indestrutível do ecúmena deste fim de século. A extinção de toda relevância produtiva, das periferias não impede que subsista completamente abstrata, uma relação de complementaridade trazida à última das serventias periféricas ao mundo da riqueza e do refinamento da sua consciência coletiva.

O ÁLIBI AMAZÔNICO

No esforço de atentar ao consenso científico da interdisciplinaridade, de par com o discernimento das políticas públicas da mudança, no mundo da diáspora do progressismo, identifica-se, na Amazônia, quadro antológico para a convergência deste verdadeiro contra-desenvolvimento.

Na sua própria vastidão, a Amazônia expõe-se à conjugação de economias concorrentemente destrutivas nas quais o espírito prometeico para aninhar-se no melhor do seu arcaísmo, encontrando o descampado da impunidade geográfica e o limbo indefinidamente

extensível para que não se interem políticas públicas ou se condicione reciprocamente a atividade privada. Superpõe-se, neste universo desconfigurado, a ênfase desmedida do que seja uma política de segurança nacional; o imperativo mais desenvolvido da g^{eo}-política, transformada em absoluto histórico; a economia da bandeira e da investida na hinterlândia, sem, sequer, os riscos calculados de uma ocupação deliberadamente predatória do território; o insulamento e a independência da inserção no subcontinente apoiada no sentimento do espaço aberto a compor, no mundo da cultura, o contraponto perverso da instalação cumulativamente predatória neste mundo "ainda no terceiro dia da criação, antes da separação da terra e das águas".

Neste quadro da decantação de uma problemática da região, o bedecendo a perspectiva interdisciplinar da ecologia e de seu reenvio, entre percepções do universo social e de definição de políticas públicas, a Amazônia sugere este caso-limite de ocupação territorial em desordem continuada, de protagonismos espontâneos, tão múltiplos quanto subjetivamente isolados na sua trajetória.

Mantemo-nos num estágio ainda prévio ao encontro de linhas de força de uma verdadeira implantação no ecúmena, configurada em função secante, ou totalmente extrínseca a uma sinergia de resultados, ou à efetiva organização de seu território como um espaço econômico. Mais ainda, no domínio da cultura, o imperativo da conquista prossegue no cenário complacente, ensejando o mais intrincado dos arquipélagos do imaginário, gerando as muitas Amazônias, que instalam a babel permanente da identificação da sua problemática, e a selvageria de sua percepção coletiva.

A DESORDEM ECOLÓGICA RÉFEM DO IMAGINÁRIO ARCAICO

Abrimos em Belém esta III Conferência, no esforço continuado que pretende justamente - com a colaboração do CISS, da UNAMAZ, da OEA, da Fundação FORD - surpreender a condição mesma deste enfoque de uma primeira reciprocidade de perspectivas, capazes de balisar a conversação sobre a Amazônia. Queremos definir uma pauta elementar em que converjam atores espontâneos, cientistas e responsáveis pelo imperativo das políticas públicas, todas a se superporem numa interação bruta, de modo a plantarmos os primeiros eixos da representação da empreitada amazônica, para configurar os seus "status questionis" e a seguir a margem de um desenho realmente convergente do "que fazer" na macro-região.

Subordinamos este encontro a uma nova estratégia. A de, ao lado dos atores configurados pelo cenário, e da comunidade internacional recrutada na melhor "scholarship" voltada à região, balizá-lo pelo esforço institucional da universidade para além das fronteiras nacionais, moldado às linhas de força da "cuenca" e ao alcance do diálogo que permite a UNAMAZ.

A PURGA DO ELDORADO

A bacia amazônica força a praça do encontro. Escapamos da mera multiplicação do conhecimento repetido. Procuramos os pontos críticos de um genuíno enfoque de uma política ecológica sem reducionismos, subcontinental. Queremos vencer o quadro nacional crítico, as visões arcaicamente compensatórias do potencial de prosperidade às expensas de um planejamento que atente já à devastação, antes da promessa e vá à purga do Eldorado do nosso inconsciente coletivo. Pois que, na verdade, não se assenta o "status questionis" da desordem ecológica na macro-região, sem o empenho

primeiro da descolonização do imaginário amazônico. É tempo de reabordarmos esta zona da nossa história das mentalidades, e do planisfério da cultura, todos feitos, ainda em tempo de fuga, sem convergência, onde prosseguem as capitâneas e donatárias da última formulação impune da conquista. Cresceu a utopia consistente, na ausência de uma conferência real de informações, na falta de um primeiro pressentir do estoque de recursos da região, da sua regenerabilidade; da sua potencialidade de vocações econômicas, e do empenho cumulativo para fazê-las germinar. Desmunidos, ressentimo-nos de uma própria fenomenologia do choque mesmo da abordagem; do atardamento da revelação, convivendo com o primeiro dédalo de percepções da realidade desmesurada a dissolver os pontos de partida da abordagem. Persistimos, para o seu entendimento metódico, em demasia, numa seclusão problemática, tanto pela falta de ressonância de uma primeira troca de "pontos-de-vista", quanto pela demora no assento de uma real reciprocidade de perspectivas. É o que procuramos desbloquear nos dois primeiros encontros, sabendo que se impunha situar as personas para definir o cenário e dispor de um pragma para reptar, literalmente, o conhecer. Neste procedimento e diante do magma das interrogações, fixamos os protagonistas deste primeiro reenvio larvar, à busca do mapeamento de uma subjetividade amazônica.

Fomos ao planisfério e às suas órbitas secantes, a se entrecruzarem sem ainda interagir. A do grande empreendimento extrativomineral; a do investimento pecuário; a da colonização brotada do tecido viário; a da batéia gigante do ouro disperso; a da rede logística dos sensores de uma ocupação nacional; a do dorso e verso, sem verdadeiro interface, de economia ostensiva e da informal.

Na busca da malha de uma indigitada reciprocidade de perspectivas juntavam-se esses protagonistas, a falar originalmente, na aspereza de suas óticas imediatas; do fundo de seus latifúndios subjetivos, no campo econômico, no social, no político, e nas dimensões - mais voluntaristas na sua abrangência, do que, de fato, genuinamente estratégica - de uma política de segurança nacional.

Detectamos como estas ocupações insuladas refugavam a análise de custo e benefício, no implante do ecúmeno imediato. Fugiam ao balanço de uma economia nacional "vis-a-vis" o mercado externo. Acomodavam-se, no mesmo ciclo de aporte de capitais, ao contraste desse comportamento produtivo no Sul e predatório no Norte do país.

MUDANÇA E DESCOLONIZAÇÃO DO INCONSCIENTE COLETIVO

Recenseamos as primeiras exemplaridades, no quadro da desordem ecológica. Demarcavam-se a devastação do emprego do combustível vegetal para a produção de guza na Amazônia. Definia-se o comprometimento muitas vezes irremediável do solo continental, pela calcinação dos ranchos pecuários de perfil texano, gerados por capitais oriundos de multinacionais e dos parques fabris mais adiantados do país. Verificou-se a ausência do corretivo de política pública, a itinerância errática da extração aurífera, na falta de plotagem do caminho natural dessas reservas e de sua sinalização a longo prazo. Conotamos a preserverança do insulamento nas pretendidas políticas de aproveitamento macro-regional, na fixação, por exemplo das represas energéticas em contraste com a malha das hidrovias subcontinentais. Reconhecemos os bloqueios, as políticas de renovação de recursos, frente ao zoneamento estável das vocações amazônicas. E, limbo ainda, o seu território ressentia-se ainda das áreas cinzas e das indeterminações entre as articula-

ções políticas da Federação e a mais independente das políticas regionais, na administração de seus enclaves, zonas livres, reservas, situadas em âmbito de tantas vezes contraditórias a seu tempo de maturação.

A seclusão do cometimento amazônico favoreceu, por outro lado a originalidade de suas práticas brotadas da solução de conflitos de própria sobrevivência. Deparamos, como seu remate, o conceito de "reserva extrativista". No próprio eco-sistema amazônico irrompia, de direito próprio, como a contrapartida conceitual da interação do índio e do seringueiro e da repulsão, ao mesmo tempo, à agropecuária, no mesmo espaço social. O "empate" se transformou na forma inovadora de resistência e afirmação desta consciência precipitada em ação significativa. A fertilidade do instituto aponta a este delineio do universo amazônico, já como percepção social de condição limite em que a ecologia funda a convivência e propõe dimensão alternativa à sua história do ecúmena, como conquista e botim permanente, apropriação pura, sem remissão de consciência,

O CHÃO E A VASA DA REALIDADE

É pois na dimensão do imaginário - de sua "descolonização" - que, no repertório do conhecer amazônico, a desordem impõe a sua própria instigação: invade o conceitual, por demais, pela utopia; marca a prática social, evadida de toda a contenção pela política pública; evidencia a tolerância com o desmesurado, a deferir o corte crítico da presunção de inesgotabilidade de recursos e sua exaustão irregenerável. Sua consequência, tal como evidenciamos nos colóquios de Dakar, essa iminência da volta do fio, entre a ronda do paraíso e o verso da desertificação. Não só se atentará, na figuração do nosso tempo, à latitude em que se homisiou na Ama

zônia o inconsciente do progressismo para a resistência acrítica barricada na imensidão.

Conferências como a presente querem servir ao choque terapêutico da sua má consciência, Armagedons das representações e dos estereótipos; estandarte na luta universal pela preservação do pulmão amazônico contra a saga nacional pelo desenvolvimento. Há que, neste momento, reduzir o arquipélago subjetivo das não-interações, a permitir que se justifique a permanência de aproveitamento da Amazônia e se mantenha em suspensão crítica permanente o seu "status questionis". Sela-o a tolerância com as errâncias dos Eldorados.

Não venceremos o inumerável ou a saturação do ignoto - tanto quanto um primeiro arpoar do conhecimento não encontre os reenvios assegurados pelo fio mais que grosseiro de uma primeira conversação. Temo-la agora, na sinalização sem promessas ainda, de que chegamos à grande convergência. Prosseguirá por muito tempo ainda o desencontro, contrapeso do direito aos multi-enfoques, em que sossobram o desencontro das afoitezas das políticas públicas; o choque entre as vagas da modernização; o insulamento das estruturas nacionais de vida dispersas na imensidão. Demorará a busca do estuário e da confluência. Mas há que fechar a sua trama, pelo menos na repartição de primeiros "caveats", no mundo que acorde da sua inércia para um empenho de sobrevivência, mais do que plotagem de seu manejo a longo prazo. Dispomos de qualquer maneira da desolação dos vestígios para apontar a um "que fazer" na vasa para além do que torne ao curso do imaginário aluvial, no sonho da conquista sem fim.